

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. ("Splice do Brasil" ou "Companhia") é uma companhia anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil e estabelecida na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 145.

A Companhia é uma holding de instituição não financeira e tem como atividades principais: a participação em outras companhias como sócia ou acionista, locação de aparelhos de radiocomunicação, exploração direta ou indiretamente por meio de controladas, concessões de rodovias federais e estaduais, exploração das atividades educacionais, e exploração das atividades de agronegócios.

O plano estratégico do Grupo Splice:

Com o impacto da pandemia o grupo ajustara com os recursos de:

- a) Alienando ativos imobiliários de valores relevantes para recompor o caixa, reduzir dívida e financiar os próximos investimentos,
- b) Captando recursos de longo prazo através da estruturação de uma operação *Sale Lease back* com os ativos operacionais da Newton Paiva no montante de até R\$ 70 MM para liquidar passivo e financiar o crescimento da Newton;
- c) Para aumentar a capacidade de pagamento da área de Infraestrutura (VRD), estamos estruturando uma nova captação no mercado no montante de até R\$ 150 MM pelo prazo entre 5 a 8 anos que será liquidada pela VRD operacional através de uma nova emissão após o ano de 2025;
- d) Alongamento do passivo bancário, onde já alongamos os principais bancos e estamos negociando os bancos menores que neste momento tem maiores dificuldades de alongar porque são operações garantidas pelo FGI (seguro governamental):

Capital circulante líquido negativo controlada em conjunto BR Vias Holding VRD S.A.

Conforme apresentado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a BR Vias Holding VRD S.A. apresentou um prejuízo na controladora e consolidado de R\$ 66.503 (R\$ 45.894 em 2020) e capital circulante líquido negativo de R\$ 135.267 (R\$ 124.617 em 2020) na controladora e R\$ 295.940 (R\$ 189.325 em 2020) no consolidado.

Plano estratégico da controlada em conjunto:

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas

Evento societário em 2020 (cisão parcial)

Em 28 de agosto de 2020, a Administração aprovou a cisão parcial da investida Selte Serviços Eletrônicos Ltda. ("Selte"), cedendo o acervo líquido para a Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. O valor patrimonial do acervo líquido a ser vertido para a Splice do Brasil foi R\$ 23.558, conforme laudo.

De acordo com o laudo de avaliação, a Selte integraliza seu AFAC de R\$ 38.800 aumentando seu capital social para R\$ 42.394, e no mesmo momento teve a redução de capital passando no valor de R\$ 21.640, uma redução mediante ao cancelamento de 21.640.234 cotas de emissão da Selte com valor nominal de R\$1,00 cada e de titularidade dos cotistas da Selte, assim o capital social da Selte passa a ser de R\$ 20.754, esses efeitos estão demonstrados na movimentação do investimento na Nota Explicativa nº 11.

A tabela a seguir resume os efeitos contábeis desse evento societário nessas demonstrações contábeis

2020	
Integralização AFAC	38.800
Redução capital social	(21.640)

1.1. Pandemia da Covid-19 e seus impactos

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto de Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

No Brasil, o Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração passou a avaliar de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações.

- Afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas da Covid-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos;
- Os técnicos em campo onde houve intensificação de protocolos de segurança e fornecimento de EPI'S necessários para proteção contra o coronavírus, houve suspensão de viagens não essenciais;
- Suspensão de eventos e reuniões presenciais;
- Divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros;
- Acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios;
- Negociação com as instituições financeiras para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos.

Com base nas medidas acima, a Companhia foi capaz de equilibrar seu fluxo de caixa e fazer reserva de caixa para momentos de incertos que ainda possa vir a enfrentar.

Em relação às principais contas do balanço, tendo em vista a continuidade normal da operação, sem redução nas vendas, sem aumento na inadimplência, a Administração avaliou os riscos e incertezas e concluiu que não há perdas esperadas a serem registradas em relação aos ativos e que todas as obrigações conhecidas e identificadas estão devidamente reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Diante da nova fase emergência iniciada em março de 2021 com agravamento da situação e da transmissão, neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar os impactos econômicos futuros no resultado da Companhia.

A Companhia segue monitorando o assunto, adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 13 de maio de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias as demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia optou por não apresentar demonstrações contábeis consolidadas atendendo os requerimentos previsto no parágrafo 4 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, uma vez que, a sua controladora, Tolvi Participações S.A., apresenta as suas demonstrações contábeis consolidadas, incluindo a posição patrimonial e financeira da Splice do Brasil e de suas controladas. Assim como, a Companhia é uma companhia anônima de capital fechado e a mesma não está em processo de negociação para arquivamento de suas demonstrações contábeis em bolsa.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 11:** teste de redução ao valor recuperável do ágio do Instituto Newton Paiva: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

- **Nota Explicativa nº 16:** reconhecimento e mensuração da provisão para perdas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da provisão.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos em controladas estão sendo avaliados por equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Ágio

O ágio decorrente de aquisição de negócios é classificado no grupo de investimentos nas demonstrações contábeis da controladora. O ágio é mensurado ao seu valor de custo menos as provisões para perdas por redução do valor recuperável sobre a não recuperação deste ativo (*impairment*), quando aplicável.

Nas mensurações subsequentes, o ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

4.1. Instrumentos financeiros

O CPC 48, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: **a)** o ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **b)** os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: **(a)** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; **(b)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável; **(c)** contrato de garantia financeira; **(d)** compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado; e **(e)** a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

vi) Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

vii) Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

4.2. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, conforme as taxas mencionadas abaixo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis e as taxas de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil em anos	(%) Depreciação por ano
Edificações e benfeitorias	25 anos	4%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Aparelhos de radar	05 anos	20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Microcomputadores	05 anos	20%
Veículos	05 anos	20%

4.3. Intangível

Outros ativos intangíveis

As licenças adquiridas de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação destes sistemas são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, como direito de concessão, e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para os exercícios corrente e comparativo, em anos, é a seguinte:

	Anos
Direito de concessão	30
Software	5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

4.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para perdas judiciais é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

4.5. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Estes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social a compensar e a pagar não estão apresentados pelo valor líquido, em virtude de serem provenientes empresas controladas distintas, cujos respectivos saldos estão sendo apresentados compensados nas demonstrações contábeis individuais das respectivas empresas.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

5. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos

As seguintes normas alteradas tiveram sua entrada em vigor no exercício de 2021 e os referidos impactos estão sendo avaliadas pela Companhia.

- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16)

Os demais pronunciamentos emitidos e que ainda não entraram em vigor são os mesmos aplicados nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixas e bancos	134	220
Aplicações financeiras	-	110
Total	134	330

As aplicações financeiras em títulos privados são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, com remuneração de 100% da CDI e com liquidez diária. Em 2021, foi auferida R\$ 385 (R\$ 207 em 2020) de rendimento financeiro conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20.

7. Aplicações financeiras

	2021	2020
Aplicações financeiras (i)	654	3.445
Total	654	3.445

(i) Aplicação financeira em 2021 é de R\$ 654 (R\$ 3.445 de 2020), está como garantia de empréstimos, conforme contrato nº 3025217 e nº 3025209 do Banco Safra, e em 2021 contrato 012212219 Banco Bradesco foi totalmente pago liberando aplicação, as aplicações só serão disponibilizadas depois do pagamento total dos empréstimos.

O Fundo BB Amplo, trata-se de investimento em cotas de fundos de renda fixa longo prazo crédito privado.

Sua política de investimento determina aplicar em cotas de FIs que apresentem carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais ou títulos privados, de qualquer espectro de risco de crédito, pré-fixados ou pós-fixados, cotas de fundos de investimento, cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e operações compromissadas mantendo, no mínimo, 80% do seu PL relacionados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e de ações.

8. Impostos a recuperar

	2021	2020
PIS e COFINS	4.028	4.026
PIS e COFINS habilitado (i)	14.262	15.148
IRRF juros sobre capital próprio	-	375
IRRF	84	31
Outros	5	8
Total	18.379	19.588

(i) Em agosto de 2019, a Companhia entrou com processo de Habilitação de crédito sob nº 00.14093-39.2006.403.6110 referente ao processo administrativo nº 10855.722148/2019-10 PIS e Cofins. Este processo refere-se ao recolhimento a maior dos tributos PIS no período de janeiro de 2001 a novembro de 2002 e Cofins no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2004, por imposição dos art. 2º e 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo de ambas as contribuições com arrecadação superior ao aplicável, considerando-se toda a receita bruta. Contudo, este alargamento passou a ser inconstitucional pelo STF.

Segue abaixo a movimentação:

Saldo inicial em 2019	15.173
Atualização monetária	393
Compensação	(418)
Saldo final em 2020	15.148
Atualização monetária	603
Compensação	(1.489)
Saldo final em 2021	14.262

9. Outros ativos

	2021	2020
Santana Securitizadora de Créditos S.A. - Nota Explicativa nº 10 (a)	2.709	2.709
Juros sobre capital próprio Nota Explicativa nº 10 (a)	-	2.125
Total	2.709	4.834
Previdência privada	250	250
Despesas antecipadas	42	42
Outros investimentos	22	22
Outros	55	47
Total	3.078	5.195
Circulante	346	2.463
Não circulante	2.732	2.732

10. Partes relacionadas

Controladora direta e controladora final

A controladora direta da Companhia é a Santana Participações Ltda., e a controladora final indireta é a Tolvi Participações Ltda., e os controladores finais pessoas físicas são:

- Espólio Alexandre Beldi Netto;
- Antonio Roberto Beldi;
- Marco Antonio Beldi; e
- Antonio Fabio Beldi.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos. A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Nos exercícios de 2021 e 2020, não houve pagamentos à Administração.

Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas decorrem substancialmente de contratos de mútuos (receber e a pagar), cujas condições são específicas e acordadas entre as partes, conforme demonstrados a seguir:

a) Outros ativos (Nota Explicativa nº 9)

	2021	2020
Splice Industria, Comércio e Serviços Ltda	-	2.125
Total	-	2.125
Santana Securitizadora de Créditos S.A. (i)	2.709	2.709
Total	2.709	4.834

- (i) O montante de R\$ 2.709 refere-se à venda de participação acionária da empresa Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda. para a Splice do Brasil, realizado no dia 12 de julho de 2013 conforme contrato de compra e venda.

b) Créditos com partes relacionadas

	2021	2020
Calas Participações S.A.	9.357	17.320
Espólio Alexandre Beldi Netto (i)	10.376	23.558
Credibel Participações S.A.	14.107	13.156
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	7.359	7.048
Santana Securitizadora de Créditos S.A.	2.005	1.918
Agropecuária Beldi Ltda.	-	1.997
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocaba Ltda.	-	854
Salix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	6.305	-
Credibel Holding Financeira	1.156	1.107
Navbel Navegações Interior Ltda.	2.600	2.429
Mapati Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.163	1.114
Tolvi Participações Ltda.	4.897	4.444
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	-	-
Coerama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	777	744
Outros	873	583
Total	60.975	76.272
Circulante	-	11.300
Não circulante	60.975	64.972

- (i) Em 28 de agosto de 2020, houve a cisão parcial da empresa Selte cedendo seu acervo patrimonial no valor de R\$ 23.558, conforme laudo. Ver Nota Explicativa nº 1.

No dia 18 de novembro de 2021, a CRTS Const. transferiu para Splice do Brasil o valor de R\$ 33.044, sendo o valor principal de R\$ 13.182 e o valor da atualização R\$ 19.862, conforme nota explicativa nº 24, referente ao cumprimento de sentença do processo nº 0008404-02.2021.8.26.0100, do espólio Alexandre Beldi Netto e Heloisa Way Beldi.

c) Débitos com partes relacionadas

	2021	2020
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	87.422	78.633
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	53.774	45.983
Morus Educacional Participações S.A.	14.456	41.050
Villa Empreendimentos Imobiliário Ltda.	12.212	11.146
Splice Desenvolvimento Urbano Ltda.	9.579	10.920
Salix Empreendimentos Imobiliário Ltda.	-	1.002
Attalea Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.845	3.102
Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	10.625	11.042
Alatus Empreendimentos Ltda.	3.063	3.321
Sorobel Empreendimentos Imobiliário Ltda.	928	607
Alder Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.448	2.428
Ficus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.245	2.730
Licurana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	2.135	-
Belgardem Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1.473
Credibel Distribuição Títulos Valores Mobiliários Ltda.	760	729
Santana Participações Ltda.	-	13
Noroestecom Telecomunicações	-	6.359
Imbirema Empreendimentos Imobilizarios Ltda.	737	-
Outros	206	235
Total	206.435	220.773

d) Outras contas a pagar com partes relacionadas

	2021	2020
BRVias Holding VRD Ltda.	6.290	6.290
Tolvi Participações Ltda.	3.849	3.849
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	2.720	2.720
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocaba Ltda.	1.494	1.494
Morus Educacional Participações S.A.	866	866
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	456	456
Total	15.675	15.675

Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindo de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente às empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme Nota Explicativa nº 14.b.

Dividendos a receber

	2021	2020
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	772	772
Total	772	772

Resultado**Receitas financeiras (Nota Explicativa nº 20)**

	2021	2020
Salix Empreendimentos Imobilizarios Ltda.	98	-
Credibel Participações S.A.	595	332
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda	312	182
AgroPecuária Beldi Ltda.	91	54
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocaba Ltda.	13	35
Calas Participações Ltda.	406	448
CSM Cartões de Segurança Ltda.	-	2
Santana Securitizadora de Créditos S.A	11	58
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	2	46
Navbel - Transportadora Comercial e Exportadora Ltda.	110	65
Mapati Empreendimentos Imobiliários Ltda.	49	30
Credibel Holding S.A.	49	29
Tolvi Participações Ltda.	123	113
Coerama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	33	20
Licurana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	5
Outros	98	8
Total	1.990	1.427

Despesas financeiras (Nota Explicativa nº 20)

Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.	2.776	1.890
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	8.038	5.223
Salix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	10	124
Noroestecom Telecomunicações S.A	296	-
Licurana Empreendimentos Imobiliários Ltda	67	-
Villa Empreendimentos Imobiliários Ltda.	514	426
Morus Educacional Participações Ltda.	1.507	1.116
Splice Desenvolvimento Urbano Ltda.	450	470
Sorobel Empreendimentos Imobiliários Ltda.	39	13
Attaleia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	153	168
Selte Serviços Elétricos Telefônicos Ltda.	-	4
Alder Empreendimentos Imobiliários Ltda.	139	65
Belgarde Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	39
Credibel Análises Econômicas e Investimentos Ltda.	32	20
Ficus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	135	73
Santana Participações S.A.	-	2
Allatus Empreendimentos Imobiliários Ltda.	161	89
Andira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	475	128
Outros	39	13
Total	14.831	9.863

Os valores que compõem os saldos ativos e passivos da Companhia referem-se a operações de mútuo, utilizados basicamente para a manutenção de capital de giro, e estão suportados por contratos de conta corrente entre partes relacionadas.

Os contratos de mútuos tanto a receber quanto a pagar são indexados ao CDI, com vencimento indeterminado e expectativa de liquidação é de longo prazo.

e) Debêntures

Conforme menção na Nota Explicativa nº 15, a Companhia apresenta transação de emissão de debêntures simples no montante de R\$ 42.155 em 2021 (R\$ 62.273 em 2020) junto com a companhia BR Vias Holding VRD, as quais serão distribuídas de forma privada.

11. Investimentos

Os investimentos são compostos da seguinte forma:

	2021	2020
Investimentos em controladas	183.483	192.981
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	81.297	117.267
Total	264.780	310.248
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	5.440	2.644
Total	270.220	312.892

a) **Movimentação dos investimentos em controladas e coligadas**

A movimentação dos investimentos ocorreu da seguinte forma:

	(%) Participação	2020	Equivalência patrimonial	2021
Controladas				
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	99,99%	35.153	(3.080)	32.073
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	99,99%	27.751	(2.333)	25.418
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	99,99%	122.742	(3.515)	119.227
Albiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	51,18%	6.668	(44)	6.624
Splice Holding Indústria Ltda.	90,00%	18	-	18
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocabana Ltda.	99,99%	649	(526)	123
Total		192.981	(9.498)	183.483
Coligadas e controladas em conjunto				
BR Vias Holding VRD S.A.	49,90%	76.897	(33.185)	43.712
BRVias S.A.	50,00%	43	-	43
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	23,45%	22.360	(2.785)	19.575
Ágio - Instituto Newton Paiva Ferreira Ltda.	-	17.898	-	17.898
Barbará Obras e Edificações Ltda.	50,00%	69	-	69
Total		117.267	(35.970)	81.297
Total		310.248	(45.468)	264.780

A movimentação dos investimentos ocorreu da seguinte forma:

	(%) Participação	2019	Equivalência patrimonial	Distribuição dividendos	Integração de capital (Nota Explicativa nº 1)	Evento societário (Nota Explicativa nº1)	2020
Controladas							
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda. (i)	99,99%	17.172	821	-	38.800	(21.640)	35.153
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	99,99%	29.418	(1.667)	-	-	-	27.751
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	99,99%	120.895	5.639	(3.792)	-	-	122.742
Albiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	51,18%	6.722	(54)	-	-	-	6.668
Splice Holding Indústria Ltda.	90,00%	18	-	-	-	-	18
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocabana Ltda.	99,99%	755	(106)	-	-	-	649
Total		174.980	4.633	(3.792)	38.800	(21.640)	192.981
Coligadas e controladas em conjunto							
BR Vias Holding VRD S.A.	49,90%	99.798	(22.901)	-	-	-	76.897
BRVias S.A.	50,00%	43	-	-	-	-	43
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	23,45%	20.611	1.749	-	-	-	22.360
Ágio - Instituto Newton Paiva Ferreira Ltda.	-	17.898	-	-	-	-	17.898
Barbará Obras e Edificações Ltda.	50,00%	69	-	-	-	-	69
Total		138.419	(21.152)	-	-	-	117.267
Total		313.399	(16.519)	(3.792)	38.800	(21.640)	310.248

(i) Conforme Ata AGE deliberada no dia 28 de agosto de 2020 a cisão parcial da empresa Selte, conforme evento nota societária nº 1.

b) Informações patrimoniais e financeiras

A participação societária do exercício 2019 teve alteração na empresa Albizia Empreendimento conforme nota societária nº 1, as demais empresas não sofreram alterações segue quadro abaixo:

**Participações em controladas e controladas em conjunto
(método de equivalência patrimonial)**

% de participação no capital	2021		2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
CRTS Construtora Redes Telefônicas Sorocabana Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Splice Holding S/A	90,00%	-	90,00%	-
Albiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	51,18%	-	51,18%	-
Morus Educacional Participações S.A.	-	9,33%	-	9,33%
Instituto Newton Paiva Ferreira Ltda.(i) (ii)	23,45%	-	23,45%	-
BR Vias Holding VRD S.A.	49,90%	-	49,90%	-
BR Vias S.A.	50,00%	-	50,00%	-
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	-	49,90%	-	49,90%

Participações em investidas (método equivalência patrimonial)

% de participação no capital	2021	2020
Barbara Obras e Edificações Ltda.	50,00%	50,00%

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as informações patrimoniais e financeiras das controladas estão apresentadas como segue:

Controladas	2021			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	32.957	872	32.085	(3.070)
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	37.443	9.219	28.224	(2.332)
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	197.887	49.152	148.734	(3.516)
Albiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.074	3	14.071	(86)
Splice Holding Industria Ltda.	18	-	18	-
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocabana Ltda.	2.142	-	2.142	(526)

Controladas	2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	36.006	846	35.156	823
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	37.270	7.916	29.354	(1.668)
Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.	202.819	50.569	152.250	5.640
Albiza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	14.074	-	14.074	(106)
Splice Holding Industria Ltda.	19	-	19	-
CRTS Construtora de Redes Telefônicas Sorocabana Ltda.	1.500	852	648	(106)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as informações patrimoniais e financeiras das coligadas estão apresentadas como segue:

Coligadas	2021			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	217.241	103.524	113.717	(11.872)

Coligadas	2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	217.875	92.287	125.588	7.456

c) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Recursos recebidos de seus acionistas que formalizam de modo irrevogável, a plena e geral quitação dos valores adiantados, garantindo expressamente que estes recursos destinar-se-ão a aumento de capital social.

Devido ao processo de espólio, a Companhia não efetuou as capitalizações dos AFACs, mas aguarda a regularização e consequente autorização para formalizar o aumento de capital.

A composição dos adiantamentos para futuro aumento de capital está apresentada como segue:

	2021	2020
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	2.801	1.600
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.143	1.044
CRTS Construtora de Redes Telefônicas	1.496	-
Total	5.440	2.644

A movimentação de adiantamento para futuro aumento de capital está demonstrada a seguir:

	2020	Adições AFAC	Conversão AFAC em capital	2021
CRTS Construtora de Redes Telefônicas	-	1.496	-	1.496
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	1.600	1.201	-	2.801
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.044	99	-	1.143
Total	2.644	2.796	-	5.440

	2019	Adições AFAC	Conversão AFAC em capital	Debêntures	2020
Selte Serviços Elétricos e Telefônicos Ltda.	38.800	-	(38.800)	-	-
BR Vias Holding VRD S.A.	-	-	-	-	-
SPL Construtora e Pavimentadora Ltda.	810	790	-	-	1.600
Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	937	107	-	-	1.044
Total	40.547	897	(38.800)	-	2.644

d) Movimentação do ágio

Em 2021 e 2020, não houve movimentação da amortização, sendo o montante apresentado de R\$ 17.898

e) Perdas pela não recuperação do ágio (impairment)

A administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

12. Intangível

Movimentação do ativo intangível

Custo	2020	Amortização	2021
Direito de concessão (a)	9.388	(471)	8.917
Software	2	-	2
Total	9.390	(471)	8.919

Custo	2019	Amortização	2020
Direito de concessão (a)	9.859	(471)	9.388
Software	2	-	2
Total	9.861	(471)	9.390

(a) Trata-se de direito de concessão relativa à participação na empresa BRVias VRD de 2010, que vem sendo amortizado pelo prazo de vida útil definida de 30 anos.

13. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado.

a) Composição

	2021	2020
Empréstimo - capital de giro	119.995	134.129
Total	119.995	134.129
Circulante	38.145	63.445
Não circulante	81.850	70.684

b) Informações sobre os contratos de empréstimos e financiamentos

Instituição	Modalidade	Indexador	Taxa de juros anual (%)	Vencimento	Valor original	Saldo 2021	Saldo 2020
Banco ABC	Capital de giro	CDI	5,02%	10/09/2024	20.000	8.349	11.113
Banco ABC	Capital de giro	CDI	4,78%	10/09/2024	6.530	3.816	5.080
Banco ABC	Capital de giro	CDI	4.70%	10/09/2024	9.286	6.203	8.256
Banco ABC	Capital de giro	CDI		31/08/2026	8.800	8.903	-
Banco BCG	Capital de giro	CDI	4,20%	29/06/2022	15.000	9.015	11.434
Banco BCG	Capital de giro	CDI	4,20%	29/06/2022	1.667	1.126	1.429
Banco BCG	Capital de giro	CDI	4.20%	27/06/2022	5.000	2.765	3.726

Instituição	Modalidade	Indexador	Taxa de juros	Vencimento	Valor original	Saldo 2021	Saldo 2020
			anual (%)				
Banco Bradesco	Capital de giro	CDI	3,27%	12/07/2021	10.156	-	5.516
Banco Bradesco	Capital de giro	CDI	3,81%	13/03/2023	7.640	5.202	7.734
Banco Santander	Capital de giro	CDI	3,50%	11/10/2022	5.790	3.587	5.370
Banco Santander	Capital de giro	CDI	3,85%	07/12/2022	22.875	17.668	22.925
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,35%	25/03/2024	20.000	18.730	20.876
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,35%	25/03/2024	9.750	9.191	10.176
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,85%	15/11/2023	6.500	5.425	6.534
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	3,60%	16/01/2022	2.250	1.717	2.250
QI Soc. Crédito	Capital de giro	CDI	5,50%	02/10/2023	2.500	1.686	2.515
Banco Daycoval	Capital de giro	CDI	4,25%	30/09/2023	10.000	1.679	5.017
Banco Safra	Capital de giro	CDI	4,49%	17/12/2021	2.000	-	668
Banco Safra	Capital de giro	CDI	5,79%	30/06/2021	2.270	-	284
Banco Safra	Capital de giro	CDI	5,79%	02/07/2021	1.930	-	241
Banco Safra	Capital de giro	CDI	5,79%	22/03/2023	2.860	896	1.611
Banco Safra	Capital de giro	CDI	4,49%	22/03/2023	2.440	765	1.374
Banco Luso	Capital de giro	CDI		15/05/2025	4.078	4.011	-
Banco Luso	Capital de giro	CDI		08/06/2026	6.417	5.834	-
Banco Luso	Capital de giro	CDI		08/06/2026	3.769	3.427	-
Total						119.995	134.129

As condições de pagamento dos empréstimos de capital de giro são: carência de 6 a 12 meses, principal mais juros mensais, trimestrais e semestrais; e principal semestral com juros mensais.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes garantias:

- As pessoas físicas sócios acionistas são intervenientes da empresa Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda e Newton Paiva Ferreira Ltda. e seus respectivos cônjuges;
- Alienação fiduciária de imóveis Alça/Ingleses com a matrícula no 159007 e 64345 e Panorâmico com a matrícula nº 95289;
- A empresa Splice Empreendimentos Imobiliários Ltda. é garantidor com alienação fiduciária de imóvel Vila dos ingleses com a matrícula no 73887 e lote da Avenida Ipanema com a matrícula no 164428;
- A empresa Calas Participações S.A. é garantidor com a alienação fiduciária de imóvel Alpargatas com a matrícula no 125025;
- A empresa Splice Empreendimentos Imobiliários Ltda. é garantidor com a alienação fiduciária do imóvel Brasilândia com a matrícula no 101554 e empresa Albizia Empreendimentos com a matrícula no 46638;
- A empresa Coerama Empreendimentos Imobiliários Ltda. é o 3º garantidor com alienação fiduciária de imóvel Cardieri com a matrícula 74436 e registrada no 2º cartório oficial de registro de imóveis Sorocaba conforme instrumentos apartados.

c) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (“covenants”)

A Companhia monitora permanentemente o cumprimento de índices previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Citamos a seguir algumas destas cláusulas restritivas:

- Sofrer protesto cambiário, requerer recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrar a atividade;
- Sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações no contrato assumidas;
- Diretamente ou através de mandatários deixar de prestar informações que, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;

- Desviar no todo ou em parte os bens dados em garantia;
- Não reforçar ou substituir a garantia, quando avaliado e comprovado pelo banco, a perda ou redução do seu valor, no prazo indicado na comunicação que for feita pelo banco; cumprindo também todos os registros e formalizações necessárias das garantias firmadas;
- Se durante a vigência for transferido o controle de nosso capital e/ou substituído qualquer um dos atuais dirigentes/administradores, mudança ou alteração do objeto social da empresa ou equivalentes, de forma a alterar as atuais atividades principais;
- Se chegar ao conhecimento do Credor, por qualquer meio, a informação no sentido de que a Emitente pretende fazer qualquer espécie de movimentação societária, exceto dentro do mesmo Grupo Econômico;
- Modificação ou alteração quanto às normas que regem a avença, ou que com ela relacionadas direta ou indiretamente; demissão, exclusão ou eliminação do associado do quadro social da cooperativa;
- Respeitar a legislação que dispõe sobre o combate à corrupção (especialmente a Lei nº 12.846/13), a legislação trabalhista, ambiental e Socioambiental em vigor no Brasil, declarando que: **(i)** não foram condenados definitivamente na esfera judicial ou administrativa por: **(a)** práticas listadas no artigo 5º da Lei nº 12.846/13; **(b)** questões trabalhistas envolvendo a saúde, segurança ocupacional, trabalho em condição análoga a de escravo, trabalho infantil e assédio moral ou sexual; **(c)** discriminação de raça ou gênero ou **(d)** crime contra o meio ambiente; e **(ii)** suas atividades e propriedades estão em conformidade com a legislação ambiental brasileira;
- Na ocorrência de qualquer caso que enseje o vencimento antecipado de qualquer obrigação da empresa (controladoras, controladas, subsidiárias e Companhias sob controle comum, se for declarada vencida antecipadamente, qualquer obrigação assumida com o banco ou quaisquer terceiros;
- Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava cumprindo todos os índices (*covenants*) previstos em contrato.

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo final 31/12/2020	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamentos	Pagamento de juros	Saldo final 2021
ABC Brasil	11.113	-	866	(3.630)	-	8.349
ABC Brasil	5.080	-	395	(1.659)	-	3.816
ABC Brasil	8.256	-	644	(2.697)	-	6.203
ABC Brasil	-	8.800	359	(256)	-	8.903
Banco BCG	11.434	-	1.005	(2.537)	(887)	9.015
Banco BCG	1.429	-	125	(304)	(124)	1.126
Banco BCG	3.726	-	308	(955)	(314)	2.765
Bradesco	5.516	-	148	(5.500)	(164)	-
Bradesco	7.734	-	499	(2.547)	(484)	5.202
Banco do Brasil	20.876	-	1.640	(2.093)	(1.693)	18.730
Banco do Brasil	10.176	-	722	(938)	(769)	9.191
Banco do Brasil	6.534	-	488	(1.083)	(514)	5.425
Banco do Brasil	2.250	-	158	(536)	(155)	1.717
QI Soc. Crédito	2.515	-	189	(833)	(185)	1.686
Banco Daycoval	5.017	-	261	(3.333)	(266)	1.679
Banco Safra	284	-	8	(284)	(8)	-
Banco Safra	241	-	7	(241)	(7)	-
Banco Safra	668	-	31	(670)	(29)	-
Banco Safra	1.611	-	112	(715)	(112)	896
Banco Safra	1.374	-	96	(610)	(95)	765

	Saldo final 31/12/2019	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamentos	Pagamento de juros sobre principal	Saldo final 31/12/2020
ABC Brasil	12.575	-	905	(1.389)	(978)	11.113
ABC Brasil	5.748	-	414	(635)	(447)	5.080
ABC Brasil	9.342	-	673	(1.032)	(727)	8.256
Banco BBM	4.275	-	280	(4.127)	(428)	-
Banco BBM	2.000	-	139	(1.993)	(146)	-
Banco BBM	571	-	37	(552)	(56)	-
Banco BBM	291	-	18	(281)	(28)	-
Banco BCG	13.338	-	905	(1.905)	(904)	11.434
Banco BCG	1.667	-	113	(238)	(113)	1.429
Banco BCG	5.024	-	316	(1.287)	(327)	3.726
Bradesco	8.074	-	462	(2.769)	(251)	5.516
Bradesco	-	7.640	378	-	(284)	7.734
Banco do Brasil	20.111	-	1.220	-	(455)	20.876
Banco do Brasil	9.804	-	594	-	(222)	10.176
Banco do Brasil	-	6.500	34	-	-	6.534
Banco do Brasil	-	2.250	-	-	-	2.250
QI Soc. Crédito	-	2.500	45	-	(30)	2.515
Banco Daycoval	8.374	-	471	(3.334)	(494)	5.017
Banco Safra	852	-	60	(568)	(60)	284
Banco Safra	724	-	52	(483)	(52)	241
Banco Safra	1.337	-	79	(667)	(81)	668
Banco Safra	2.328	-	149	(715)	(151)	1.611
Banco Safra	1.986	-	127	(610)	(129)	1.374
Banco Santander	5.896	-	334	(482)	(378)	5.370
Banco Santander	4.508	-	159	(4.500)	(167)	-
Banco Santander	-	22.875	656	-	(606)	22.925
Total	118.825	41.765	8.620	(27.567)	(7.514)	134.129

	Saldo final 31/12/2020	Captações	Atualização monetária e juros	Pagamentos	Pagamento de juros	Saldo final 2021
Banco Santander	5.370	-	375	(1.728)	(430)	3.587
Banco Santander	22.925	-	1.836	(5.242)	(1.851)	17.668
Banco Luso	-	4.078	300	(97)	(270)	4.011
Banco Luso	-	6.417	437	(642)	(378)	5.834
Banco Luso	-	3.770	256	(377)	(222)	3.427
Total	134.129	23.065	11.265	(39.507)	(8.957)	119.995

e) Linha de vencimento dos empréstimos e financiamentos

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante está demonstrado como segue:

	2021	2020
2022	-	39.114
2023	37.777	21.064
2024	27.300	10.506
2025	9.685	-
2026 e 2027	7.088	-
Total	81.850	70.684

14. Obrigações tributárias

	2021	2020
PIS e Cofins	42	243
ISS	7	4
Contribuições	46	-
Outros	14	17
Total	109	264

15. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado.

Data da liberação	Série	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Valor original	2021	2020
31/08/2018	Única	31/08/2022	103% CDI	36.235	30.493	53.515
31/07/2019	Única	31/08/2022	103% CDI	8.300	9.157	8.758
31/12/2021	Única	31/08/2022	103% CDI	2.500	2.505	-
Total					42.155	62.273
Circulante					42.155	62.273

(i) Características da emissão

Em 23 de dezembro de 2021, foi firmado a escrituração particular da 2ª (segunda) emissão debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, celebrada entre a BRVias Holding VRD S.A. na qualidade de Emissora, Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; Comporte Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. na qualidade de Debenturistas no valor total da emissão das Debêntures é de R\$ 2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais);

No dia 14 de julho e no 04 de agosto de 2021, a Companhia Splice do Brasil decide vender a 2ª. Emissão de debêntures simples para empresa Andira Empreendimentos imobiliários Ltda., conforme boletim de subscrição 002 no valor de R\$ 7.500 e boletim de subscrição 004 no valor de R\$ 17.259, conforme contrato de venda.

Em 15 de julho de 2019, foi firmado a escritura particular da 3ª (terceira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, celebrada entre a BRVias Holding VRD S.A. na qualidade de Emissora, Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; Comporte Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. na qualidade de Debenturistas no valor total da emissão das Debêntures é de R\$ 16.600 (dezesseis milhões e seiscentos mil).

Em 31 de agosto de 2018, foi firmado a escritura particular da 2a (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, celebrada entre a BRVias Holding VRD S.A. na qualidade de Emissora, Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; Comporte Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista SPE S.A. na qualidade de Debenturistas no valor total da emissão das Debêntures é de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais).

(ii) Remuneração das Debêntures

A partir da primeira data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% (cento e três inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

(iii) Movimentação

Saldo inicial em 2021	62.273
Baixa	(24.759)
Adição	2.500
Juros sobre debêntures	2.141
Saldo final em 2021	42.155

Saldo inicial em 2020	47.775
Adição	13.051
Juros sobre debêntures	1.447
Saldo final em 2020	62.273

(iv) Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.

(v) Cláusulas restritivas

- Não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento, do valor principal, da remuneração;
- Redução, alienação ou oneração da participação acionária da Emissora na ViaRondon;
- Descumprimento, pela Emissora ou por suas acionistas, conforme o caso, de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, desde que o inadimplemento não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias;
- Descumprimento, pela Emissora ou por suas controladoras, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual; e
- Comunicar imediatamente aos Debenturistas, por meio de notificação, observado o disposto nesta Escritura, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam colocar em risco o exercício, pela Emissora, de seus direitos, prerrogativas, privilégios e garantias, vinculados a todo e qualquer ativo de sua titularidade ou que possam, direta ou indiretamente, comprometer os interesses dos Debenturistas nos termos desta Escritura.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para exercício findo em dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumprindo com os *covenants* contratuais.

16. Provisão para perdas judiciais

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita aos processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração apoiada a opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de estimativa para perdas contingentes.

	2021	
	Provisão para processos	Depósitos judiciais
Tributários	22	(1.656)
Trabalhistas	94	(3.519)
Cíveis e outros	181	-
Total	297	(5.175)

	2020	
	Provisão para processos	Depósitos judiciais
Tributários	22	(1.588)
Trabalhistas	94	(3.519)
Cíveis e outros	181	-
Total	297	(5.107)

Movimentação de provisão para perdas judiciais e depósitos judiciais

	2020	Adições	Baixas	2021
	Saldo final			Saldo final
Provisão para perdas judiciais	297	-	-	297
Depósitos judiciais	(5.107)	(80)	12	(5.175)
Total	(4.810)	(80)	12	(4.878)

	2019	Adições	Baixas	2020
	Saldo final			Saldo final
Provisão para perdas judiciais	227	70	-	297
Depósitos judiciais	(5.206)	-	(99)	(5.107)
Total	(4.979)	70	(99)	(4.810)

Perdas possíveis

- Existem processos estimados com perdas possíveis no montante de R\$ 20.233 (R\$ 20.716 em 2020) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os principais processos jurídicos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados a seguir;
- Execução fiscal:** Fust e Funtel Anatel. Valor envolvido R\$ 1.074; e
- Tributário/Adm.:** Crédito de ICMS sobre importação. Valor envolvido R\$ 18.238.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 230.769 representado pelo total de 158.550.418 ações sem valor nominal, sendo 128.059.767 ordinárias e 30.490.651 preferenciais.

Acionista	Participação	2021 e 2020	
		Nº por lote mil ações	Valor nominal total - R\$
Santana Participações Ltda.	64,2827%	101.920	148.344
Tolvi Participações S.A.	19,2309%	30.491	44.379
Espólio de Alexandre Beldi Neto	8,4083%	13.331	19.404
Antônio Roberto Beldi	2,7884%	4.421	6.435
Marco Antônio Beldi	2,7884%	4.421	6.435
Antônio Fábio Beldi	2,5014%	3.966	5.772
Total		158.550	230.769

b) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Recursos recebidos dos acionistas que formalizam de modo irrevogável, a plena e geral quitação dos valores adiantados, garantindo expressamente que estes recursos destinar-se-ão a aumento de capital social, quando informado pela Companhia. Conforme contrato firmado com os acionistas o AFAC é no montante de R\$ 12.076 representado por 12.076.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Devido ao processo de espólio, a Companhia não efetuou as capitalizações dos AFACs, mas aguarda a regularização e consequente autorização para formalizar o aumento de capital.

	2021	2020
Santana Participações Ltda.	1.338	1.338
Alexandre Beldi Netto	5.476	5.476
Antonio Roberto Beldi	1.825	1.825
Marco Antonio Beldi	1.825	1.825
Antonio Fabio Beldi	1.612	1.612
Total	12.076	12.076

c) Reserva de Capital

A reserva constituída em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 3.336, refere-se ao ganho de capital da empresa Albizia Empreendimentos Imobiliários Ltda. conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1 e o montante de R\$ 16.253 refere-se ao ganho de capital da controlada BRVias TBR e VRD. Essas reservas constituem-se de saldos em espécie que não podem ser distribuídos aos investidores na forma de lucros ou dividendos, devendo ser incorporados ao capital social ou compensados com lucros acumulados, quando não houver mais saldo de reserva de lucros disponível para esse fim. Não representam receitas ou ganhos e não transitam pelo resultado como receitas.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Os saldos de dividendos a pagar no montante de R\$ 6.921 são referentes a anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não distribuiu dividendos por conta dos saldos de prejuízos acumulados, conforme deliberado em lei aplicável e do estatuto social.

e) Reserva de incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais é constituída de acordo com o estabelecido pela Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005, alterada pela Lei nº 12.868 de 2013, disciplinada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil sob o número 1394 de 12 de setembro de 2013, em que essa reserva recebe a parcela de incentivos fiscais que recairá sobre a receita auferida das atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação ou sequenciais de formação específica. Reconhecidos no resultado do exercício como receita de subvenção e a ela é destinado a partir da conta de lucros acumulados, onde os valores destinados ao incentivo não entrarão na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O montante registrado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 16.602 (R\$ 16.335 em 2020).

18. Despesas administrativas

	2021	2020
Impostos e contribuições	(1.209)	(409)
Acordos e indenizações trabalhistas	(132)	-
Serviços prestados por terceiros	(2.313)	(2.479)
Despesas com pessoal	(1.961)	(1.713)
Conservação, peças, bens e instalações	(137)	(114)
Despesas de escritórios e informática	(288)	(215)
Despesas legais	(33)	(88)
Pedágios	(67)	(74)
Depreciação	(62)	(81)
Veículos	(608)	(575)
Viagens	(21)	(40)
Comunicação	(14)	(57)
Refeições e lanches	(2)	(11)
Outras	(366)	(401)
Total	(7.213)	(6.257)

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2021	2020
Amortização concessão BRVias VRD	(471)	(471)
Receita aluguel	106	95
Resultado alienação do imobilizado	8	2
Outras	82	-
Total	(275)	(374)

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras:		
Varição monetária com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	(14.831)	(9.863)
Varição monetária e cambial passivas	(5.448)	(3.654)
Juros passivos	(5.723)	(5.187)
IOF	(623)	(354)
Despesas bancárias	(1.241)	(664)
Outras despesas financeiras	(5)	(1)
Total	(27.871)	(19.723)
Receitas financeiras:		
Juros sobre capital próprio	-	2.500
Varição monetária com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	1.990	1.427
Varição monetária ativa	647	542
Atualização processo espólio ABN Tólv (i)	19.862	-
Rendimento de aplicação financeiras	385	207
Juros ativos	2.143	1.448
Descontos obtidos	3	2
Total	25.030	6.126
Resultado financeiro	(2.841)	(13.597)

- (i) Atualização referente ao processo nº 0008404-02.2021.8.26.0100, cumprimento da sentença do Espólio Alexandre Beldi Netto e Heloisa Way Beldi, conforme Nota Explicativa nº 10b.

21. Instrumentos financeiros

a) Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Gestão de capital.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não tem política de contratar instrumentos financeiros derivativos no gerenciamento desses riscos.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de valores imobiliários.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	134	330
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7)	654	3.445
Debêntures (Nota Explicativa nº 15)	42.155	62.273
Créditos com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	60.975	76.272
Outros ativos (Nota Explicativa nº 9)	3.078	5.195
Total	106.996	147.515

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados a seguir:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 13)	119.995	134.219
Fornecedores	484	474
Débitos com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10)	206.435	220.773
Outras contas a pagar com partes relacionadas (Nota nº 10)	15.675	15.675
Total	234.589	371.141

iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação do risco, incluindo seguro quando eficaz.

v) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Diretoria. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital próprio.

vi) Valor justo

Valor justo x valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

	Valor contábil 2021	Valor justo 2021	Valor contábil 2020	Valor justo 2020
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	134	134	330	330
Aplicações financeiras	654	654	3.445	3.445
Debêntures	42.155	42.155	62.273	62.273
Créditos com partes relacionadas	60.975	60.975	76.272	76.272
Outros ativos	3.078	3.078	5.195	5.195
Total	106.996	106.996	147.515	147.515
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	119.995	119.995	134.129	134.129
Débitos com partes relacionadas	206.435	206.435	220.773	220.773
Outras contas a pagar	15.675	15.675	15.675	15.675
Fornecedores	484	484	474	474
Total	234.589	234.589	371.051	371.051

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil; e
- Para as operações de empréstimos e financiamentos, a Administração concluiu que os saldos reconhecidos contabilmente refletem preponderantemente o valor justo, uma vez que a remuneração dessas operações se aproxima significativamente da taxa de desconto que seria utilizada para descontar os fluxos futuros de pagamentos a valor presente. Além disso, os empréstimos e financiamentos foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações indexadas a flutuação do CDI taxa que seria utilizada para trazer a valor presente os valores futuros das amortizações, ademais sua liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão indexadas às operações de empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis.

Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário atual.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de juros de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2021	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	654	2,19%	14
25% de apreciação da taxa	654	1,10%	7
Cenário atual	654	-	-
25% de desvalorização da taxa	654	(1,10%)	(7)
50% de desvalorização da taxa	654	(2,19%)	(14)

Cenário da exposição	Aplicação financeira		
	Saldo em 2020	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	3.445	2,34%	81
25% de apreciação da taxa	3.445	1,17%	40
Cenário atual	3.445	-	-
25% de desvalorização da taxa	3.445	1,17%	(40)
50% de desvalorização da taxa	3.445	2,34%	(81)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos - CDI		
	Saldo em 2021	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	119.995	2,19%	2.628
25% de apreciação da taxa	119.995	1,10%	1.320
Cenário atual	119.995	-	-
25% de desvalorização da taxa	119.995	(1,10%)	(1.320)
50% de desvalorização da taxa	119.995	(2,19%)	(2.628)

Cenário da exposição	Empréstimos e financiamentos - CDI		
	Saldo em 2020	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	134.129	2,34%	3.139
25% de apreciação da taxa	134.129	1,17%	1.569
Cenário atual	134.129	-	-
25% de desvalorização da taxa	134.129	1,17%	(1.569)
50% de desvalorização da taxa	134.129	2,34%	(3.139)

Cenário da exposição	Debêntures - CDI		
	Saldo em 2021	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	42.155	2,19%	923
25% de apreciação da taxa	42.155	1,10%	464
Cenário atual	42.155	-	-
25% de desvalorização da taxa	42.155	(1,10%)	(464)
50% de desvalorização da taxa	42.155	(2,19%)	(923)

Cenário da exposição	Debêntures - CDI		
	Saldo em 2020	Taxa	Efeito
50% de apreciação da taxa	62.273	2,34%	1.457
25% de apreciação da taxa	62.273	1,17%	729
Cenário atual	62.273	-	-
25% de desvalorização da taxa	62.273	1,17%	(729)
50% de desvalorização da taxa	62.273	2,34%	(1.457)

vii) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada a seguir:

	2021			2020		
	Valor justo por meio de resultado	Mesurados por custo amortizado	Saldos	Valor justo por meio de resultado	Mesurados por custo amortizado	Saldos
Caixa e equivalentes de caixa	134	-	-	330	-	-
Aplicações financeiras	654	-	-	3.445	-	-
Debêntures	-	42.155	-	-	62.273	-
Créditos com partes relacionadas	-	60.975	-	-	76.272	-
Outros ativos	-	3.078	-	-	5.195	-
Total do ativos financeiros	788	106.208	-	3.775	143.740	-
Fornecedores	-	-	484	-	-	474
Mútuos a pagar	-	-	206.435	-	-	220.773
Outras contas a pagar	-	-	15.675	-	-	15.675
Empréstimos e financiamentos	-	-	119.995	-	-	134.129
Total dos passivos financeiros	-	-	234.589	-	-	371.051

viii) Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros Evidenciação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	134	-	-	330	-	-
Aplicações financeiras	654	-	-	3.445	-	-
Total dos ativos financeiros	788	-	-	3.775	-	-

22. Imposto de renda e contribuição social diferido

a) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao seguinte item:

	Controladora	
	2021	2020
Base		
Prejuízo fiscal acumulado	98.701	78.586
Total da base	98.701	78.586
(-) Compensação prejuízo fiscal	-	-
(+) Prejuízo fiscal exercício	12.344	20.116
Ativo fiscais diferidos	34%	34%
Prejuízo fiscal acumulado	37.755	33.558
Provisão para realização dos impostos diferidos	(37.755)	(33.558)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-

Os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias uma vez que, a mesma não possui expectativa de lucros tributáveis futuros que estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

23. Transações que não afetam o caixa e informações adicionais

A seguir apresentamos as transações monetárias sem efeito caixa as quais não foram apresentadas na demonstração de fluxo de caixa:

	2021	2020
Outros ativos JSCP	2.125	-
Créditos com partes relacionadas	-	23.558
Investimentos	-	(21.640)
Créditos com partes relacionadas	-	(1.918)
Investimentos	-	3.792
Débitos com partes relacionadas	(2.125)	(3.792)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	-	-

* * *